

A Regra é Clara? Reflexão Sobre a Trajetória Profissional de Árbitros de Futebol Negros¹

João Cauê Benedeti Morales²

PPGAS-UFRGS/Brasil

Resumo: O presente trabalho, em elaboração, tem como tema a participação de pessoas negras no trabalho da arbitragem de futebol. O ofício de árbitro, é um dos poucos em nível analítico dentro deste esporte nos quais profissionais negros e negras transitam com certa desinibição. Durante o jogo, os árbitros de futebol são as autoridades a serem respeitadas pelos jogadores e comissões técnicas presentes no evento. Se do ponto de vista do andamento do jogo esse poder incorporado pela figura da arbitragem é quase inquestionável, do ponto de vista do espetáculo, toda essa capacidade descamba para a vilania, pois é esta mesma figura e a sua suposta falta de bom senso em interpretar a regra que se torna um bode expiatório para torcedores, técnicos, dirigentes e imprensa justificarem o insucesso das equipes. A partir de uma concepção das lógicas do futebol (TOLEDO, 2000), configura-se uma posição ambígua deste profissional. Assim, o objetivo almejado é refletir sobre o percurso da pesquisa sobre as trajetórias profissionais de árbitros de futebol negros e negras no Rio Grande do Sul, na expectativa de compreender como diante desta ambiguidade, os profissionais da arbitragem lidam com o racismo em um ofício no qual, têm-se por hipótese, que a pecha da falta de inteligência para analisar (pensar) o jogo e suas decorrências recaia mais fortemente sobre profissionais negros(as). A perspectiva metodológica pretendida é a de relatos orais alguns desses trabalhadores, bem como a observação de cursos de qualificação. Desde um aporte dos estudos pós-coloniais (GILROY 2012; FANON, 2008; MBEMBE, 2011), busca-se versar sobre os apagamentos e efeitos perversos produzidos por certas concepções do conhecimento e problematizar a legitimidade de determinados sujeitos/corpos nos momentos de pôr em voga tais concepções.

¹Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

²O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Palavras-Chave: Futebol. Racismo. Arbitragem.

O presente texto de caráter ensaístico postula, antes de mais nada, uma reflexão sobre um percurso em andamento. Ele tem como tema a participação de pessoas negras no trabalho da arbitragem de futebol e é parte do período formativo do mestrado que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Tal temática se estabeleceu a partir da convergência entre os meus interesses de pesquisa – que circundavam, por ocasião de minha entrada – em atuações litigiosas no mundo do trabalho e a inserção que tive nos encontros e debates promovidos pelo Grupo de Antropologia da Economia e da Política (GAEP), grupo de pesquisa que investiga dinâmicas sociais e culturais atinentes à economia e à política.

Dentro deste domínio, o racismo no mundo do trabalho e a forma como os mercados de trabalho o conformam (não apenas por excluir levando em conta especificamente a ideia de raça neste caso, mas também pela forma com as quais incluem a partir desta mesma medida, postulando hierarquizações) percepções iniciais profícuas para reflexão. E foi sob este pano de fundo que as atenções recaíram sobre o trabalho da arbitragem e a participação de profissionais negros (as) neste âmbito. No futebol brasileiro, é comum se justificar a baixa participação de pessoas negras em ocupações que podem ser entendidas como de nível diretivo (dirigentes, técnicos, fisiologistas, fisioterapeutas, médicos, etc) pelo menor acesso às oportunidades educacionais que historicamente estruturam as desigualdades raciais em nossa sociedade. No entanto, ao se observar a profissão de árbitro de futebol, é possível inferir uma frequência maior da atuação de profissionais negros do que na comparação com as outras profissões elencadas acima. Tal percepção me chamou a atenção para tentar refletir um pouco mais sobre as vicissitudes deste ofício.

Durante o jogo os árbitros de futebol são as autoridades a serem respeitadas pelos jogadores e comissões técnicas presentes no evento. Se do ponto de vista do andamento do jogo esse poder incorporado pela figura da arbitragem é quase que inquestionável, do ponto de vista do espetáculo, toda essa capacidade pode acarretar em um forte questionamento, por vezes até suspeição. É esta mesma figura e a sua suposta “falta de bom senso” em interpretar a regra que se torna um bode expiatório para as pessoas justificarem o insucesso das equipes. Especula-se que, diante da ambiguidade da profissão, a pecha da falta de inteligência para analisar (pensar) o jogo e suas

decorrências recaia mais fortemente sobre profissionais negros(as) e que isso influa na formação e na carreira de forma relevante. Pois, somada às reclamações rotineiramente reservadas à índole dos apitadores, a injúria viria como forma de justificativa. Não se é mais desonesto, apenas. Mas se é desonesto porque negro.

Assim sendo, o objetivo das reflexões que por ora apresento podem ser compreendidas em duas etapas: a primeira é formular uma atividade de posicionamento. Ou seja, expressar algumas ideias e deslocamentos que ao longo do ano me auxiliaram a vislumbrar de que forma penso esta pesquisa atualmente e quais caminhos podem ser perseguidos para se chegar a um ponto de destino. Entendo que dessa forma é possível colocar em apreciações quais movimentos são mais profícuos e também, porventura, quais os perigos existentes deste trajeto.

A segunda etapa se debruça sobre um levantamento bibliográfico inicial que imagino possa contribuir com informações com as quais eu possa estipular diálogos em situação de campo. Dentro deste contexto, chamo a atenção para a aportes advindos de perspectivas pós-coloniais que visam reverberar ideia de raça em sua vivência. Ou seja, abordar a inteligibilidade desta experiência na tentativa de versar sobre os apagamentos e efeitos perversos produzidos por certas concepções do conhecimento e problematizar a legitimidade de determinados sujeitos/corpos nos momentos de pôr em voga tais concepções.

No intuito de compreender como se estabelecia a arbitragem no futebol procurei esquematizar um levantamento de informações no mês de setembro. O propósito era estabelecer um caminho que imaginava ser interessante para um momento inicial de pesquisa. Assim, para realizar esta exploração preliminar, considerei que uma iniciativa proveitosa seria a de mapear espaços. Quais seriam os espaços envolvidos com a arbitragem? Empreendi, para os fins deste mapeamento, a organização de dados dentro de dois conjuntos: espaços institucionais e espaços laborais. A ideia foi apreender quais informações os conhecimentos sobre estes espaços me auferiam. As formas pelas quais eu tentei levantar essas informações foram acessando sítios de busca na internet, contatos telefônicos, por aplicativos de trocas de mensagens e também pelas dicas fornecidas por amigos e colegas acerca da arbitragem de futebol. É prudente ressaltar que não imagino que o panorama da arbitragem no Rio Grande do Sul se resuma a estes dois espaços aqui categorizados (institucionais e laborais). No entanto, presumo que o acesso a espaços menos formais só se dê com uma inserção mais substancial.

Para contemplar o que em primeiro lugar denominei espaços institucionais,

procurei informações fornecidas por entidades ligadas ao ramo da arbitragem de futebol. A principal entidade que vai ao encontro deste intuito na cidade de Porto Alegre, na minha opinião, é a Federação Gaúcha de Futebol (FGF). As federações são associações civis de direitos privados. Dentro da dinâmica deste esporte, cabe a elas representar e dirigir o futebol profissional e amador, promovendo torneios. Após ler o estatuto da FGF, pude observar que no âmbito da arbitragem, as federações englobam comissões permanentes que se ocupam do tema por exigência da FIFA. A do Rio Grande do Sul é a Comissão Estadual de Árbitros de Futebol (CEAF/RS). Ela é constituída por 5 membros designados pelo presidente da FGF e tem seu funcionamento estabelecido por regimento interno.

Ainda de acordo com o que o estatuto da FGF apregoa na sua terceira seção, cabe a CEAF/RS zelar pelo cumprimento das leis do jogo; promover a formação e capacitação dos árbitros; realizar as escalas das partidas para competições organizadas pela FGF; organizar exames de aptidão teóricos, físicos e práticos; ministrar palestras e cursos para formação e reciclagem de árbitros.

Informações sobre escalas de jogos, divulgação dos cursos de arbitragem, comunicados da comissão e a apresentação da equipe de arbitragem filiada à FGF podem ser acessadas na aba arbitragem do site da FGF. Devido ao limite de páginas que o exercício impõe, não me atentarei detidamente sobre todas as divisões. A título de exemplo de como tem se dado o procedimento de busca de informações, mencionarei apenas a trajetória percorrida para melhor desvelar as orientações sobre os cursos de formação de arbitragem.

No tocante ao estabelecimento de contatos, privilegiei até o momento a opção de fala por telefone e também pelas mídias sociais. Ao ligar para CEAF/RS, perguntei sobre a existência de outras informações a respeito dos cursos de arbitragem, tendo em vista que o que constavam no site era mais sobre o andamento do curso em vigor. Fui orientado pelo senhor que me atendeu a como encontrar o edital do curso desse ano, pois, segundo ele, ali encontraria outras informações de pertinência a este assunto.

Pela leitura do edital, pude inferir que a comissão estadual se divide em 6 delegacias de arbitragem, para além da sede, que fica em Porto Alegre (Bagé, Caxias do Sul, Cruz Alta, Ijuí, Pelotas e Santa Maria). Consta também no edital que são os delegados destas cidades que recolherão as fichas de inscrição, bem como o pagamento delas (250 reais). O curso é realizado com o mínimo de 50 alunos. Caso não se atinja este quórum, ele não acontece e o pagamento da inscrição é devolvido. A duração do

curso é de 6 meses e a mensalidade que deve ser paga por aluno custa 450 reais. No ato da inscrição se recebe um cd com o regulamento do curso.

Com relação aos espaços laborais, caberia destacar o Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado do Rio Grande do Sul (SAFERGS). Seu objetivo, de acordo com o que consta no site da entidade é representar a categoria perante autoridades administrativas e judiciais. Dentro deste âmbito algumas atividades corriqueiras são aquelas que dizem respeito a eleição de representantes, celebração de contratos coletivos de trabalho, credenciamento de instrutores para cursos de formação, promoção de palestras e seminários onde se debatem os desígnios da atividade, entre outros.

Pelo que foi informado na página eletrônica, no início deste ano todo o planejamento em comunicação foi remodelado – o que me fez pensar que a instituição tem uma preocupação em dispor das ferramentas mais atualizadas para manter contato com os seus associados. Dentro desta seara, chamou a minha atenção a publicação de uma revista online chamada Marca da Cal. A edição de agosto da publicação trouxe reportagens sobre a etapa de avaliação física que habilitou os árbitros do Estado a trabalharem no segundo semestre, uma entrevista com um árbitro que realizou o último teste físico da carreira e os comentários dos árbitros gaúchos que fizeram o curso do VAR – árbitro de vídeo.

Creio que um melhor contato dentro destes espaços pode me dar uma melhor compreensão sobre o presente da arbitragem. Como a atividade se postula na sociedade, quais são os dispositivos que a fazem adquirir o estatuto que tem, qual é o perfil daquele que procuram trabalhar neste ramo, quais as expectativas daqueles que trabalham no sentido de promovê-la, como se formula um mercado de trabalho relacionado a este ofício e como ele se insere socialmente são alguns questionamentos que um acesso maior nestes espaços pode me ajudar a desvelar.

Além disso, através da ajuda de alguns colegas, tenho conseguido o contato de árbitros – no caso em questão são 3 cuja minha aproximação se deveu à mediação de amigos e colegas. Até o momento ainda não encontrei pessoalmente nenhum deles, mas tenho conversado por aplicativos de troca de mensagens com alguns, na expectativa de marcarmos uma conversa presencial para estreitamento de vínculos.

Além das movimentações no sentido de constituir uma rede de contatos, também tenho procurado recorrer ao que a literatura acerca do assunto tem para me informar. Dentro deste escopo tenho me questionado o que faz com que a participação de pessoas negras na arbitragem de futebol se dê de forma relativamente constante (ainda que

diminuta), diante de uma ambiguidade tão específica desta profissão (dirigente do jogo e profissional do espetáculo) e do racismo presente em nossa sociedade? É a partir deste ponto de partida que me proponho a apresentar algumas informações que as teorias sócioantropológicas (mas não só) aportam para os propósitos da presente reflexão. É oportuno que antes disso, eu teça alguns comentários sobre o questionamento que abre o texto.

Pelo que pude inferir dos comentários de professores e em debates com colegas nesse período, a “ausência” de profissionais negros (as) em cargos de mais alto posto no mundo do trabalho (e o mercado de trabalho do futebol não fugiria a esta regra) se embasaria nas diferenças de oportunidades educacionais entre brancos e negros. Estas diferenças estruturam a desigualdade da nossa sociedade, como atestada pelas ciências sociais que se debruçaram sobre o assunto (HASENBALG; SILVA 1992). Ainda que eu concorde que esta percepção valha para muitos profissionais dentro e fora do futebol, eu não tenho certeza se ela é válida para árbitros. Isso porque a frequência com que eles “aparecem” não se dá da mesma maneira, na comparação com outros profissionais. A título de exemplo, onde os árbitros da categoria B da Federação Gaúcha de Futebol atuam – segunda divisão gaúcha – não existem entre os clubes que disputam a competição, técnicos negros. Já os árbitros negros estão lá (são 4). Além disso, pelo que consta no edital do curso de arbitragem do ano que iniciou em 2018, o nível de escolaridade mínimo exigido é ensino médio completo. Ou seja, não é necessário possuir uma formação em nível superior para se qualificar enquanto árbitro. Assim sendo, se a exigência de um nível maior de educação faz com que técnicos e diretores “desapareçam”, ela não aparenta ser preponderante para fazer sumir na mesma medida os árbitros.

Tal reflexão me faz considerar que, levando em conta as desigualdades raciais, existe algo na profissão de árbitro (ou neste mercado de trabalho) que pode ser destacado também, quando se pensa na participação de pessoas negras. E que por isso é importante apreciar como este ofício se ratifica dentro de como o jogo é considerado. Além disso, gostaria de privilegiar, na medida em que for possível, mais as experiências do que as estratificações justamente para poder (imagino) contribuir com os estudos sobre o racismo aonde ele é mais elusivo.

Desta maneira posso falar do objeto de pesquisa, que a essa altura está se transformando. Da submissão do resumo para cá, acredito que tenha feito um uso indevido da palavra trajetória ao considerar que o estudo seria sobre “trajetórias

profissionais de árbitros negros”. Creio que seja a hora de deixar a ideia de trajetória sob rasura, caso ela signifique o que para as Ciências Sociais ficou atrelado aos âmbitos da Escola de Chicago, da Sociologia Crítica francesa e suas decorrências ou até mesmo da micro-história, tendo em conta o seu uso em contextos etnográficos (GUÉRIOS, 2011). Gostaria de retroceder na medida em que esses passos para trás me possibilitem dar conta de um relato das experiências do racismo em uma área profissional específica que é a da arbitragem de futebol. Mais do que se perguntar sobre as vias de acesso, o que se questiona é como se insiste. De que estratégias se valem as pessoas para seguir adiante em um ambiente (o futebol que se joga e se pensa no Brasil) que pode ser hostil?

Em face dessas considerações, imagino uma interseção de dois elementos cujas Ciências Sociais de uma forma geral e a Antropologia em particular podem auxiliar nas reflexões que pretendo empreender: os estudos que se debruçaram e no entendimento do futebol e as suas implicações sociais e os estudos que procuram analisar as formas pelas quais o racismo se dá na sociedade brasileira. A expectativa foi a de encontrar no cruzamento entre estas duas temáticas algumas informações que dissessem a respeito de racismo no futebol, bem como pesquisas sobre a arbitragem.

Para isso consultei o catálogo de teses e dissertações da CAPES e pesquisei os seguintes termos na barra de busca: “antropologia futebol”; “racismo futebol”; “arbitragem de futebol”; “juiz de futebol”. Como as buscas redundaram em mais de cem mil trabalhos a cada termo, resolvi escrever frases que fossem mais ao encontro do objeto de pesquisa, tal qual eu o imagino no momento. Assim sendo, os termos de busca passaram para expressões como “experiências de racismo”; “racismo na arbitragem de futebol”; “o negro no futebol”. Desta forma, apesar do número de trabalhos ter diminuído, ainda assim, foi bastante substancial (na casa das dezenas de milhares). Insatisfeito, ainda insisti algumas horas escalonando termos de busca entre aspas com termos fora das aspas. Ao fim e ao cabo desta empreitada, não sei se por satisfação ou por conformismo, estabeleci a paz comigo mesmo com a seguinte chave de busca: “racismo” fora das aspas e “árbitros de futebol” dentro das aspas. Além disso, utilizei o recurso “refinar meus resultados” a partir dos trabalhos vinculados com a temática das “ciências humanas”. Este saldo deu em torno de 1500 trabalhos.

Como eu não teria tempo para ler todos estes trabalhos, procurei destacar para este momento alguns estudos que eu imagino intercalarem de forma apropriada com o que eu já apreendi sobre o panorama de pesquisas em Ciências Sociais no Brasil sobre futebol, seja por consultas mais soltas, seja pelas informações que venho recebendo nos

encontros de orientação. Tenho por mim que só conseguirei compreender a arbitragem de futebol se, antes disso, tiver uma boa percepção de como os pesquisadores e pesquisadoras da área abordam o jogo.

Neste intuito é preciso reconhecer que muitas das teses e dissertações sobre o tema são tributárias ainda hoje das crônicas esportivas que alguns jornalistas e romancistas das décadas de 30 e 40 escreveram. Foi a partir delas que o interesse socioantropológico sobre esporte se bifurcou para o empreendimento de métodos e técnicas pertinentes a um trabalho acadêmico. Um exemplo de obra desta época, que vai ao encontro das minhas pretensões e reverbera no âmbito universitário é o livro, publicado originalmente em 1947, *O Negro no Futebol Brasileiro* escrito pelo jornalista Mário Filho (2003).

Nele o autor narra os episódios de exclusão, resistência e inserção pelos quais os jogadores de futebol negros passaram nas primeiras décadas do século XX até serem aceitos dentro do esporte que até então era praticado por brancos aristocratas. Além do registro feito, Filho foi um defensor fervoroso da inserção da população negra no futebol. Ele advogava pela capacidade inventiva que os negros tinham de se apropriar de um advento europeu e transformá-la de modo a criar uma forma brasileira de prática esportiva. Este entusiasmo, por assim dizer, ia ao encontro do espírito da época, no qual as pessoas de letras se preocupavam em refletir sobre a questão nacional (CHAUÍ, 2000). Sobre este período, inclusive, é pertinente abrir um parêntese para dizer que ele foi profícuo nas formulações que disseram respeito aos desígnios da população negra e a relação que estipulamos com a nação. No entanto, acredito que não consigo neste trabalho dar conta também de um levantamento bibliográfico que perpassasse um estudo das relações raciais e o papel desempenhado pelas Ciências Sociais brasileiras (contemplando as agendas da eugenia, questão racial, desigualdade racial e suas decorrências, principalmente, para estudos focados na educação e no mercado de trabalho) nesta formulação.

O sucesso posterior do futebol brasileiro nos torneios internacionais (a partir da copa de 1958) parece ter sedimentado esta tese do jeito brasileiro de jogar, alçando o livro de Filho ao papel de referência importante. Uma prova desta influência é que a narrativa do jornalista carioca foi escrutinada por SOARES (1998) muitos anos depois de sua publicação. Nela o pesquisador critica os cientistas sociais que se dedicarem ao futebol por não conseguirem se livrar de uma abordagem “politicamente correta” de denúncia do racismo. Abordagem esta que o pesquisador reputa à mitificação da obra de

Mario Filho. Dentro deste escopo, apregoa que o tom triunfalista, que parte da exclusão, passa pela luta por espaço e termina na inserção pouco informam aos cientistas sociais sobre as vicissitudes do racismo e que seria necessário, para adentrar em tal reflexão, evitar incidir num discurso comum ao de Mário Filho.

Antes mesmo da tese defendida acima, fora considerado necessário assentar a compreensão do que era o esporte e a sua relação com a sociedade sob bases mais sólidas. Assim, pesquisadores (as) em Ciências Sociais se dedicaram e se dedicam a compreender o que é o futebol e o porque de sua popularidade. Roberto DaMatta (1982) contribuiu para esta tarefa, tanto com formulações teóricas, quanto em crônicas esportivas. Ainda que eu não tenha encontrado seus trabalhos na plataforma de busca que usei, considere válido citá-lo aqui, pois ele acabou operando este papel de transição entre os registros sobre o futebol. De tal modo que, neste processo, o antropólogo carioca acabou evidenciando (talvez pela influência do estruturalismo) um aspecto de duplicidade do jogo: nele são congregadas a ludicidade e a modernidade, o fluxo das brincadeiras e a cisão das regras e do tempo para produção. É interessante pontuar aqui que no que diz respeito às regras, o árbitro pode ser pensado como incorporando essa modernidade (que no caso, se refere à regra, à impessoalidade e ao igualitarismo). No entanto, nem todos os estudiosos estão de acordo que estas sejam as características do esporte. Nem tampouco que ele operaria em uma dualidade análoga ao estilo estruturalista.

Neste aspecto, um trabalho que a plataforma de busca indicou e que propôs uma abordagem diferente para a compreensão do futebol foi a tese intitulada *Lógicas do Futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*, de Luiz Henrique Toledo (2000). Nele, o autor busca narrar a atuação de diversos atores sociais ao redor do jogo e estipular de forma inteligível a maneira pela qual estes atores interagem a partir dele. Assim, o autor assenta em três categorias nativas – profissionais, torcedores e cronistas – a operação do jogo, levando em conta as situações rituais. Assim, os profissionais seriam aqueles que influem diretamente no jogo (jogadores, arbitragem, técnicos, etc), cronistas aqueles que procuram traduzir e ordenar as narrativas e os sentidos sobre o jogo (locutores, repórteres [e também antropólogos!]) e os torcedores que sustentam com o seu engajamento, o sucesso do jogo.

Cabe salientar que, diferentemente de DaMatta, que busca a relação e a autoimagem da sociedade brasileira no jogo em si ou o no que ele representa, Toledo vai embasar a busca por essa representação a partir das pessoas que participam desse

circuito (principalmente no que diz respeito ao jogo profissional). Além disso, é oportuno ressaltar que a inserção dos árbitros de futebol no rol dos profissionais é razoável do ponto de vista do jogo, mas ignora todo um aspecto de conformação da atividade. Acredito que os trabalhos aqui apresentados, de uma forma geral ainda que busquem sentidos e atravessamentos com a sociedade não privilegiam a forma pragmática de como todos estes domínios se apresentam. Penso ser possível, privilegiando uma ênfase mais política, a conformação deste universo do futebol. O funcionamento do futebol enquanto uma atividade produtiva de forma apartada das questões políticas até parece ter sido muito propalado. No entanto, não se vê uma busca mais incisiva nesta aproximação.

No fim das contas me parece que a dualidade a partir da qual se estabeleceu um lugar de discussão para o futebol nas Ciências Sociais – ludicidade x produtividade – vai ao encontro da narrativa de Mario Filho e que nem mesmo Toledo tenha a superado. Pois seria justamente este lugar que faz com que os conflitos sejam dramatizados, em vez de serem tomados de forma a considerá-los inerentes ao que o futebol foi e é em sua estipulação: um espaço de disputa. Privilegiar essas disputas de modo a não simbolizá-las possa contribuir para falar sobre os conflitos presentes na sociedade que apenas de forma aparente foram apartados do futebol.

O momento em que vivemos é bastante sintomático para averiguar a pressão que esses conflitos exercem sobre o jogo, bem como dentro do âmbito do futebol manifestações conflitivas eclodem com consequências para a sociedade. Neste sentido um estudo que enfoque o racismo só teria a se beneficiar.

Ainda dentro do escopo teórico, é possível apregoar que reflexões sobre o racismo são muito importantes para as aspirações que pretendo desenvolver. Ao longo do segundo semestre deste ano, procurei me aproximar mais dos estudos pós-coloniais, especialmente no que diz respeito a concatenação de um marco analítico para o racismo que autores vinculados a esta agenda de estudos oferecem. Tal escolha se embasou na impressão de que este enquadramento possa ser produtor na apreensão de distintas formas de escrever sobre a experiência do racismo e de que forma abordá-lo conceitualmente. A partir destas proposições, compreendo as contribuições de autores como Franz Fanon (2008), Paul Gilroy (2012) e Achille Mbembe (2011). Os dois autores, na tentativa de dar conta de uma inteligibilidade do racismo, se reportam à dialética do senhor e do escravo formulada por Hegel na Fenomenologia do Espírito. Desta forma, refletem sobre o tipo de reconhecimento que possibilitou com que uma

população não identificasse na outra os predicados do humano.

Para o pensador martinicano é possível localizar desde a formulação do filósofo alemão um problema reciprocidade.

É na medida em que ultrapasso meu ser imediato que apreendo o ser do outro como realidade natural e mais do que natural. Se fecho o circuito, se torno irrealizável o movimento nos dois sentidos, mantenho o outro no interior de si. Indo às últimas consequências, chego mesmo a lhe tomar este ser-para-si. (FANON,2008, p.180)

Pelo que compreendi da proposição hegeliana, as consciências de si visam o absoluto e tentam chegar até este estágio desejando que suas certezas subjetivas virem valores objetivos. Para isso, o reconhecimento é necessário. Inclusive é em nome deste percurso que é admissível que se arrisque a vida e que a presença corporal do outro possa ser compreendida enquanto uma ameaça. No entanto, o que o autor aponta é que o Outro pode reconhecer o Eu sem luta. Isto supostamente tomaria do Eu uma consciência de si independente.

A reviravolta atingiu o negro vinda do exterior. O negro foi agido. Valores que não nasceram de sua ação, valores que não resultam da ascensão sistólica de seu sangue, vieram dançar uma roda colorida em torno dele. A reviravolta não diferenciou o preto. Ele passou de um modo de vida a outro, mas não de uma vida a outra. (FANON, 2008,p.182-183)

Ou seja, sem a luta o que se instituiu foi um reconhecimento não recíproco. Que não leva em conta o desejo do outro em direção ao absoluto. Talvez esta reflexão ajude a embasar a compreensão de que as lutas de independência (ele próprio se engajou) sejam importantes não apenas pela independência em si, mas também para erigir valores que pudessem participar de uma dialética de reconhecimentos recíprocos.

No caso de Gilroy, o uso da dialética hegeliana o auxiliou a fundamentar uma análise da modernidade, a partir da associação desta com a escravidão. Este projeto traz para os valores estipulados a partir da Europa àquilo que a reflexão eurocêntrica não levou em conta com centralidade. É uma interpelação das pretensões universalizantes.

Isto é importante porque ela pode ser usada para oferecer uma firme rejeição da ideia hipnótica da história como progresso e porque ela propicia uma oportunidade de reperiodizar e reacentuar narrativas da dialética do Iluminismo que nem sempre tem se preocupado em olhar para a modernidade pela lente do colonialismo ou do racismo científico (GILROY, 2012, p.122-123)

Assim, o racismo pode ser abordado não apenas como uma falha (um Outro) de um sistema de pensamento, mas o seu constitutivo. Outro aspecto destacado pelo pensador inglês é sobre a explicação que Hegel deu acerca do “conflito e das formas de dependência produzida na relação entre o senhor e o escravo” (2012, p.123). Quem segue de forma exemplar esta trilha especulada por Gilroy foi o historiador camaronês

Achille Mbembe. Este autor ressalta da dialética hegeliana a relação entre a morte e o “tornar-se sujeito”.

Só nos tornamos sujeitos (autonomia), levando em conta a dialética hegeliana, quando a consciência do mundo vira consciência de si. Para tal, temos que negar a totalidade da qual compomos, negar a natureza: o Eu se tornar algo diferenciado do seu redor. O ato de se separar da totalidade dos elementos constitutivos é uma forma de negação da natureza que implica o ser humano negar a si próprio. Ao me entender enquanto humano (consciência de si) me dou conta que a negatividade que impus ao me redor é responsável pela minha finitude. Desta forma, a morte teria um poder de significação que engendra a vida enquanto consciência de si.

Assim, tornar-se sujeito é, diante do conhecimento da morte, enfrentá-la por meio do trabalho e da luta com vistas a transformar a natureza negada. Mbembe relaciona esse trabalho e luta com a política. Na agenda de estudos do autor, que tem como foco a análise de processos da privatização da soberania, enfrenta-se a morte para reconhecer a si próprio e a racionalidade da vida passa pela morte do Outro. Como esse outro não é dado *a priori*, ele teve que ser inventado.

Acredito que estas reflexões podem ir ao encontro de um debate contemporâneo sobre o racismo na medida que as situações de deparação com as práticas racistas podem representar uma tentativa de restituição de um reconhecimento não recíproco do qual o alvo da injúria supostamente se afastou. No caso de árbitros de futebol as injúrias raciais das quais são alvo soam como uma justificativa para a falta de capacidade de apitar com correção. Isto configura uma possível dificuldade para estes profissionais ao longo de suas carreiras. Ainda que eles tenham pleno domínio e justa aplicação das regras, a cor da pele pode provocar uma suspeição potencial que por vezes é acionada para dar conta das frustrações de quem os ataca ou de eventuais insucessos.

Referências Bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DAMATTA, Roberto da et all. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982

FANON, Frantz. **A Experiência Vivida do Negro**. In: *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador. SciELO-EDUFBA, 2008.

FILHO, Mário. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro: Faperj, 2003

GILROY, Paul. **Senhores, senhoras, escravos e a antinomia da modernidade**. In: ____ *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de estudos afro-asiáticos, 2012.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos**, Curitiba, v. 1, n. 12, p.9-29, ago. 2011.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora; Iuperj, 1992.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica seguido de Sobre El Gobierno Privado Indirecto**. Santa Cruz de Tenerife. Melusina. 2011.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. **Futebol, Raça e Nacionalidade no Brasil: Releitura da História Oficial**. 1998. 296 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

TOLEDO, Luiz Henrique. **Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional**. Tese de doutorado. São Paulo; Universidade de São Paulo, 2000